



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2018.

### **Comunicação: 272/2018**

**TJD/RJ – PLENO**

**PROCESSO 343/201**

**RECURSO VOLUNTÁRIO – GONÇALENSE FUTEBOL CLUBE**

**AUDITOR RELATOR: DILSON NEVES CHAGAS**

### **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA:**

Nego efeito suspensivo ao presente recurso posto que ausentes os requisitos exigidos para sua concessão.

Como bem mencionado pelo recorrente o art. 147A do CBJD claramente exige para o reconhecimento do efeito suspensivo a existência de prejuízo irreparável ou de difícil reparação (alegação neste feito).

*In casu*, inexistente tal perigo vez que a designação de nova partida não trará qualquer dano simplesmente porque o julgamento do recurso em sua amplitude – admissibilidade e mérito – se dará antes da referida partida que sequer foi marcada ainda.

*Ad argumentandum*, a realização de nova partida entre as agremiações envolvidas não trará dano irreparável ou de difícil reparação, pois o que busca o recorrente na qualidade de terceiro interessado, se admitido como tal, é resultado favorável fora de campo o que, em tese, somente se admite em hipóteses excepcionais face ao princípio insculpido no inciso XVII do art. 2º do CBJD, qual seja o da prevalência das competições.

Assim, NEGO EFEITO SUSPENSIVO ao presente recurso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Dê-se vista ao E.C. Tigres do Brasil e à Procuradoria.

Publique-se. Intime-se.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2018.

**DILSON NEVES CHAGAS**  
**AUDITOR RELATOR**